

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº: **1002472-49.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**  
 Requerente: **Maria Solange de Oliveira**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Justiça Gratuita

**MARIA SOLANGE DE OLIVEIRA** ajuizou ação contra **TELEFÔNICA BRASIL S/A**, pedindo a exibição de documento alusivo à inclusão de seu nome em cadastro de devedores, que lhe foi negado.

Citada, a ré contestou o pedido, impugnando o benefício da gratuidade processual, o valor da causa e o interesse de agir. Refutou, também, o mérito da causa.

Em réplica, a autora insistiu nos termos iniciais.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A ré não ofereceu qualquer elemento probatório ou indiciário capaz de desqualificar a oportunidade da concessão da gratuidade processual à autora, pessoa desempregada e morada em bairro sabidamente humilde.

O valor da causa é compatível com a natureza da lide. Digamos que não se mostra excessivo, longe disso. E não onera as partes desmedidamente.

A ré incluiu o nome da autora em cadastro de devedores (fls. 16), havendo o natural e legítimo interesse desta, em saber a base fática para tanto, ou seja, qual o vínculo jurídico ensejador da dívida, do apontamento cadastral. É lógico supor que a ré deva estar amparada em algum contrato, verbal ou escrito; se é contrato escrito, deveria ter sido exibido administrativamente, quando foi solicitado – e foi solicitado, mas sem atendimento, conforme revelam os documentos de fls. 17/19. A propósito, a ré não negou o recebimento dessa notificação, em que a autora externou desejo de conhecer a origem do cadastro negativo. Presente está, portanto, o interesse de agir.

Impressiona que a ré, além de não exibir o documento ora exigido, sequer declinou a origem do lançamento impugnado pela autora, ou seja, não se preocupou em explicar se houve erro no apontamento ou se existe base contratual, caso em que deveria indicar a origem, se contrato verbal, eletrônico ou escrito.

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

É inafastável, portanto, o êxito do pedido inicial, pelo interesse e direito da autora, de ter em mãos o documento e certificar-se da existência ou não do vínculo jurídico e sua legitimidade.

Será examinada na etapa de cumprimento da sentença ou por ocasião da lide principal, se e quando proposta, a medida adequada ao cumprimento da ordem, se descumprida pela ré, ou a consequência da omissão, consoante dispõe o Código de Processo Civil:

*Art. 400. Ao decidir o pedido, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar se:*

*I - o requerido não efetuar a exibição nem fizer nenhuma declaração no prazo do [art. 398](#);*

*II - a recusa for havida por ilegítima.*

*Parágrafo único. Sendo necessário, o juiz pode adotar medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias para que o documento seja exibido.*

Diante do exposto, rejeito as arguições da ré, **acolho o pedido** e condeno a ré ao cumprimento da obrigação de exibir o documento pretendido, no prazo de dez dias, sob as penas da lei.

Responderá a ré pelo pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

P.R.I.C.

São Carlos, 18 de junho de 2016.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**